

LINGUAGEM E IDEOLOGIA: EMBATES TEÓRICOS

Renata Silva*

Resumo: Neste ensaio são comparadas reflexões teóricas sobre o modo como ideologia e linguagem se interligam. A finalidade desta análise comparativa é ilustrar o quão podem ser divergentes as explicações acerca da relação entre essas duas instâncias. Constam, da seleção bibliográfica realizada, pensadores clássicos (ALTHUSSER, 1985; PÊCHEUX, 1995, 1997; BAKHTIN, 1999) e contemporâneos (THOMPSON, 1995; EAGLETON, 1997).

Palavras-chave: linguagem; ideologia; teoria.

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho, comparo alguns teóricos que versaram sobre o modo como ideologia e linguagem se interligam e, dessa forma, demonstro o quão podem ser diferentes as abordagens que aproximam essas duas instâncias. Retomarei observações de Louis Althusser ([1969]¹ 1985), Michel Pêcheux ([1975] 1995, 1997), Mikhail Bakhtin ([1929-1930] 1999), John B. Thompson ([1990] 1995) e Terry Eagleton ([1991] 1997). A seleção bibliográfica feita, embora sucinta, está em consonância com este trabalho, cuja finalidade reitero: ilustrar controvérsias que surgem quando a questão é explicar como linguagem e ideologia estão imbricadas.

É conveniente situar temporalmente os autores mencionados para esclarecer se uns poderiam ter influenciado as teses dos outros. De

* Mestre em Linguística Aplicada. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). E-mail: <resilv@gmail.com>.

¹ As datas entre colchetes correspondem à primeira edição internacional e as datas entre parênteses, à edição brasileira consultada.

Althusser serão resgatados postulados presentes em *Aparelhos Ideológicos de Estado* ([1969] 1985). Embora nesse texto Althusser centre-se na ideologia e trate brevemente do discurso, o autor desenvolve aspectos pertinentes à temática em pauta. Esse leitor crítico de Marx foi de muita relevância para Michel Pêcheux ([1975] 1995), que extraiu das reflexões althusserianas teses fundamentais para constituir a teoria materialista do discurso. De Pêcheux, serão revisados os textos *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas* ([1975] 1997), elaborado em coautoria com Catherine Fuchs, e *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* ([1975] 1995).

Dos estudos de Bakhtin, recobrarei proposições publicadas em *Marxismo e filosofia da linguagem* ([1929-1930] 1999). Conforme Indursky (2005), quarenta anos separam os estudos de Bakhtin e Pêcheux, cujo primeiro texto² é de 1969. A autora ainda lembra que *Marxismo e filosofia da linguagem* ganhou tradução do russo para o inglês em 1973, e, para o francês, em 1977 (p. 101). Conclui então que dificilmente as primeiras reflexões de Pêcheux tenham sido influenciadas pelas de Bakhtin.

A influência entre Althusser e Bakhtin é questionável devido às suas diferentes preocupações epistemológicas e abordagens conceituais. Bakhtin atentava para o possível entrelaçamento entre filosofia da linguagem e marxismo, enquanto Althusser visava à apresentação de uma releitura da teoria marxista. Embora o último autor tenha mencionado que a língua é uma das modalidades de existência da ideologia, não estava centrado na relação entre o linguístico e o ideológico, tal como Bakhtin. Esse aspecto não-desenvolvido em Althusser foi retrabalhado posteriormente por Michel Pêcheux³ ([1975] 1995, 1997). Além disso, Bakhtin e Althusser mobilizam diferentemente a influência que o sujeito sofre da ideologia. Sobre esse tema, Indursky (2000) comenta que embora Bakhtin tenha considerado o signo como ideológico e destacado a natureza social da linguagem, “sua teoria concebe um sujeito que não é interpelado ideologicamente e é consciente das escolhas que estabelece” (p. 78-79). Lembremos que, para Althusser, o processo de interpelação ideológica a que os sujeitos são submetidos é fundamental à constituição de sua teoria da ideologia. Além desses aspectos teóricos, convém

² Análise Automática do Discurso (AAD-69).

³ Sobre essa temática, verificar item 2.1 deste trabalho.

comentar que o texto bakhtiniano só foi tornado público em inglês e francês após 1970, quando Althusser já havia escrito a obra em discussão.

De Thompson, retomarei suas explicações expressas em *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* ([1990] 1995). Esse autor contemporâneo faz uma revisão do conceito de ideologia e dos autores aqui mencionados cita Althusser, ao qual tece críticas. Reporta-se a intelectuais como Destutt de Tracy, Marx, Engels, Lenin, Lukács, Karl Mannheim, Weber, Horkheimer, Adorno, Habermas, entre outros, para apresentar a história da noção de ideologia, demonstrar suas pertinências e deslizes e propor uma nova definição. Tendo em vista o escopo desta pesquisa, apresentarei apenas as asserções do autor concernentes à ideologia e ao modo como se entrelaça com a linguagem, sem fazer menção à sua “Teoria social da comunicação de massa”.

De Eagleton, recobrarei observações publicadas em *Ideologia: uma introdução* ([1991] 1997). Esse crítico marxista, leitor dos autores mencionados, busca criar uma abordagem exclusiva sobre o assunto em discussão.

2 RESGATES TEÓRICOS

2.1 Louis Althusser e Michel Pêcheux

O filósofo marxista Althusser ([1969] 1985) concebe a ideologia como imaginário que intermedeia a relação das pessoas com suas condições de existência. No que concerne à produção econômica, devido à ideologia, os sujeitos percebem-se livres e com condições de alcançar posições mais altas na hierarquia social; todavia, não se dão conta de que o sistema capitalista os conduz a ocupar uma determinada função nas relações de produção (ou de exploração).

A noção de ideologia, para Althusser, está intrinsecamente relacionada à de sujeito, aspecto demonstrado através dessas duas teses: “só há prática através de e sob uma ideologia”; “só há ideologia pelo

sujeito e para o sujeito”, as quais levam à formulação central: “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (p. 93).

É pertinente destacar que a acepção de ideologia althusseriana não pode ser confundida com a concepção de ideologia como representações deformadoras da realidade. Essa instância não é algo que vem do exterior, se coloca entre os sujeitos e a realidade e cria uma visão de mundo deturpada; é uma estrutura intrínseca a todos, um traço identitário comum aos diferentes sujeitos, os quais, por estarem interpelados, imaginam que as condições sociais vivenciadas lhes foram “espontaneamente” dadas.

Althusser postula que o processo de interpelação ideológica produz duas evidências: a do sujeito e a do sentido, conforme exposto no fragmento a seguir:

Segue-se que, tanto para vocês como para mim, a categoria de sujeito é uma “evidência” primeira (as evidências são sempre primeiras): está claro que vocês, como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.). Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da “transparência” da linguagem), a evidência de que você e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, [1969] 1985, p. 94)

A ideologia tem como função produzir essas evidências discretamente e impô-las de tal modo que o sujeito não perceba que está sob o efeito do “reconhecimento ideológico”. Ou seja, a ideologia faz com que os sujeitos reconheçam-se como “concretos, individuais, inconfundíveis e (obviamente) insubstituíveis” (p. 95), sem suspeitarem do processo de interpelação ao qual estão submetidos. E, segundo Althusser, é o conhecimento científico o responsável por nos conscientizarmos de que sempre imaginamos estar fora da ideologia, quando na verdade estamos sempre dentro dela (p. 97).

Conclui-se, a partir da tese das “evidências” que, para o filósofo marxista, a ideologia intervém não só na representação dos sujeitos em relação às suas condições sociais, mas também na imagem que os sujeitos têm das formulações linguísticas recebidas ou produzidas. O filósofo ainda preconiza que os discursos não estão imunes à ideologia: ela

sempre os determina e determina a todos, inclusive aqueles que pretendem ser objetivos, tais como os discursos científicos. Além disso, Althusser critica quem utiliza a linguística e desconhece o “jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos” (p. 94). Tais considerações serão retomadas e desenvolvidas por Michel Pêcheux, do qual tratarei em seguida. Por ora, é relevante abordar as reflexões althusserianas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado.

Althusser recobra de Marx a existência do Aparelho de Estado (AE), constituído pelo governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisões, etc., e o renomeia como “Aparelho Repressivo do Estado”. O acréscimo do termo “repressivo” especifica que o AE vale-se da violência, física ou não (p. 67-68). Althusser identifica outros aparelhos que se manifestam junto ao Aparelho de Estado marxista, mas que a este não se assemelham: são os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), cuja definição é assim expressa pelo teórico: “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (p. 68). São exemplos de AIE: AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas), AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e privadas), AIE jurídico, AIE político (o sistema político, os diferentes partidos), etc. (p. 68).

Na perspectiva althusseriana, todos os Aparelhos do Estado, sejam repressivos ou ideológicos, funcionam ora através da repressão, ora através da ideologia. Entretanto, o Aparelho (repressivo) de Estado funciona predominantemente através da repressão, enquanto os AIEs atuam principalmente através da ideologia (p. 73). Estes têm a finalidade de “reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas” (p. 78).

Cada AIE é a realização de uma ideologia – religiosa, moral, jurídica, política, etc. – e a unidade dessas diferentes “ideologias regionais” é “assegurada por sua subordinação à ideologia dominante”. Resumindo o exposto, Althusser afirma: “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas” e salienta: “esta existência é material”, ou seja, “as ‘idéias’⁴ ou ‘representações’ etc., que em

⁴ O presente texto foi revisado conforme o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, vigente a partir de 2009. Entretanto, mantém a grafia original das citações e dos títulos das obras consultadas.

conjunto compõem a ideologia, não têm uma existência ideal, espiritual, mas material” (p. 88-89).

No que tange às formulações retomadas, a crítica acusou Althusser de funcionalismo. Compreenderam que o autor estaria apresentando as instâncias que constituem os AIE e que têm como função primordial subordinar os sujeitos. Nessa ótica, o assujeitamento à ideologia dominante no complexo dos AIE se daria de forma mecânica, sem luta entre as classes para tirar essa ideologia de seu posto de comando das condições sociais.

Althusser, em *Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)* (1976), contra-argumenta, afirmando que não é pertinente compreender a ideologia dominante como algo estanque, que se dá independentemente da luta de classes. Essa ideologia, para assegurar sua posição, para reproduzir-se, necessita contínua e eternamente entrar em conflito com a antiga ideologia dominante e com a ideologia da classe dominada. Por isso, os AIE não são apenas o lugar de imposição de uma ideologia soberana, mas também são domínios onde há luta de classes, isto é, resistência.

As observações althusserianas aqui resgatadas foram retomadas e desenvolvidas por Catherine Fuchs e Michel Pêcheux ([1975] 1997). Esse autor pretendeu formular as bases que constituiriam a teoria materialista do discurso. A partir desse objetivo, Pêcheux, juntamente com Fuchs, no texto *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas* ([1975] 1997), sistematizou a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, que interliga em seu quadro epistemológico a ideologia, pelo viés do materialismo histórico, o discurso, por intermédio da teoria do discurso, e a língua, pela inclusão da linguística. Essas três áreas são atravessadas pela concepção de sujeito determinado pelo inconsciente, advinda da Psicanálise.

No que concerne ao materialismo histórico, Pêcheux e Fuchs apontam que, dessa região do conhecimento, interessa a relação entre superestrutura ideológica e o modo de produção dominante em uma determinada formação social. Sobre essa relação, destacam que a ideologia não é a expressão da base econômica, pois, se assim fosse, a concepção de ideologia subjacente seria a de conjunto de idéias. Com base em Althusser, preferem caracterizar a ideologia como uma instância

que tem uma existência material e se articula com o domínio da economia. Esclarecendo essa articulação, os autores argumentam que a ideologia é uma das condições não-econômicas de reprodução das relações de produção existentes (p. 165).

Quando Althusser ([1969] 1985) tratou das materialidades da ideologia e comentou que apresentavam diferentes modalidades, dentre elas⁵ “um discurso verbal interno (a consciência)” ou “um discurso verbal externo”, o autor prenunciou que o discurso era uma das formas de realização do ideológico (p. 92). Essa tese foi reconsiderada no âmbito da AD quando relacionada às noções de formação ideológica e formação discursiva, explicitadas a seguir.

Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997) explicam que, para Althusser, os AIE são lugares onde se dá a luta de classes e destacam que as posições políticas e ideológicas em confronto nesse embate organizam-se em formações denominadas *formações ideológicas*, as quais mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação (p. 166).

As formações ideológicas são

um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997, p. 166 – grifos dos autores)

As formações ideológicas caracterizam-se por serem elementos capazes de intervir como uma força em confronto com outras na conjuntura ideológica de uma determinada formação social (p. 166).

As formações ideológicas (FIs) são compostas pelas formações discursivas (FDs). Estas definem-se como “aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição,

⁵ Althusser cita diferentes modalidades da materialidade da ideologia: “a materialidade de um deslocamento para a missa, de uma genuflexão, de um sinal da cruz ou de um mea culpa, de uma frase, de uma oração, de uma contrição, de uma penitência, de um olhar, de um aperto de mão, de um discurso verbal interno (a consciência) ou de um discurso verbal externo”. Ainda comenta que deixará “em suspenso a teoria da diferença das modalidades da materialidade” (p. 92). Esse comentário evidencia a posição althusseriana de que o discurso seria uma das materialidades da ideologia, sendo Michel Pêcheux e Catherine Fuchs os responsáveis pelo desenvolvimento dessa temática.

de um programa, etc.)” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 160 – grifos do autor).

Dessas reflexões, conclui-se que o sentido pode ser estabelecido na remissão da materialidade linguística às formações discursivas, que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Pecheux elucida de que modo o discurso materializa o ideológico, tese esboçada, mas não desenvolvida, em Althusser. Pêcheux ([1975] 1995) ainda melhor esclarece essas reflexões quando afirma que a língua é a base de processos discursivos que se se inscrevem em relações ideológicas de classes (p. 92).

Através da noção de formação ideológica, a tese althusseriana “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” também adquire mais minúcia, pois para Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997), essa lei “constitutiva da Ideologia nunca se realiza ‘em geral’, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de *formações ideológicas*” (p. 167) [grifos dos autores].

A mobilização dos conceitos de formação ideológica e formação discursiva não só esclareceu o modo pelo qual ideologia e discurso estão ligados, mas também demonstrou que o discurso, sob a ótica da AD, sempre insere-se em alguma FD, que, por sua vez, pertence a alguma FI. É, portanto, inconcebível a existência de discursos não-ideológicos. Nesse contexto, convém destacar que para os autores, “é impossível *identificar* ideologia e discurso (o que seria uma concepção idealista da ideologia como esfera das idéias e dos discursos)” (p. 166). Essa observação é relevante para o presente estudo, pois esclarece a natureza da relação ideologia/discurso na teoria pecheuxtiana. Demonstra que, no âmbito da Análise do Discurso de linha francesa, devemos considerar a ideologia e o discurso como instâncias diferentes, ou seja, que se interligam constantemente, mas não se confundem.

Para Pêcheux ([1975] 1995), a tese que Althusser formula sobre o processo de interpelação ideológica produzindo duas evidências, a do sujeito e a do sentido, é o argumento-chave para contestar o idealismo enquanto posição epistemológica. No que tange ao sentido, Althusser ofereceu as bases para a compreensão de que a transparência da linguagem defendida por linguistas não é uma propriedade do sistema, mas uma “evidência” gerada pela intervenção da ideologia em todos os

discursos. No que concerne aos sujeitos, mostrou que onipotência e liberdade são ilusões produzidas pela ideologia.

Essas formulações althusserianas tornaram-se o coração da teoria de Michel Pêcheux, cuja preocupação teórica era o processo de produção de sentidos interligado à temática da subjetividade. Dito de outra forma, Pêcheux queria aproximar a constituição do sentido e a constituição do sujeito e Althusser, através do processo de interpelação ideológica produzindo “evidências”, ofereceu a base através da qual essa associação pôde ser feita.

O precursor da AD conclui, então, que o processo de interpelação ideológica, realizado pelas formações discursivas, representativas de formações ideológicas,

fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 160 – grifos do autor)

O “caráter material do sentido”, velado pela impressão de limpidez da linguagem, é a filiação dos sentidos ao “todo complexo das formações ideológicas”. Devido a essa filiação, os sentidos não podem ser compreendidos presos aos significantes, mas constituídos a partir das “posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 160).

2.2 Mikhail Bakhtin

Bakhtin ([1929-1930] 1999) identifica, no domínio da linguagem, a ausência de uma análise marxista, e no domínio do marxismo, a ausência de um estudo mais apurado dos problemas ideológicos, que não situe a ideologia na consciência, tal como fazem a filosofia idealista e o psicologismo. Partindo dessas premissas, o filósofo russo propõe mostrar à filosofia da linguagem que a natureza dos fenômenos linguísticos pode ser compreendida pela ótica marxista, e ao marxismo que a filosofia da linguagem pode conter os elementos necessários para o

entendimento da especificidade da ideologia; o autor argumenta que a língua é a “realidade material específica da criação ideológica” (p. 25).

Para esclarecer como a ideologia determina a linguagem, Bakhtin assevera que as mudanças na infraestrutura expressam-se nas ideologias ou esferas ideológicas (manifestações superestruturais) e, conseqüentemente, na língua, “*ideologicamente saturada*” (BAKHTIN, [1934-1935] 1998, p. 81).

Nessa perspectiva, a ideologia não é algo exterior ao semiótico, mas intrínseco a ele: “O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico*” (BAKHTIN, [1920-1930] 1999, p. 32) [grifos do autor].

A ideologia também é inerente à consciência, visto que é constituída pelo semiótico, cuja ausência implicaria inexistência de atividade mental. Dessa forma, Bakhtin ([1920-1930] 1999) contesta a tese defensora da ideologia enquanto oriunda do psiquismo e argumenta que essa instância está nele porque é inerente aos signos que o constituem. Tais signos foram criados nas relações interindividuais, portanto, são carregados de valores conferidos por diferentes interlocutores. Por isso, a consciência, além de ideológica, é social.

A ideologia, em Bakhtin ([1929-1930] 1999), comporta várias esferas ideológicas, que identificam áreas da produção intelectual humana: a arte, a ciência, a moral, a ética, a filosofia, a religião, etc. (p. 46). Cada campo da criatividade ideológica ou esfera ideológica tem signos específicos para aludir à exterioridade e, portanto, um modo peculiar de representá-la e refratá-la (p. 40). Daí decorre que é aspecto comum das esferas ideológicas os signos não só fazerem referência a algo, mas também comportarem diferentes interpretações, recriações, enfim, refrações, daquilo a que se referem. A refração é inerente ao signo ideológico, porque uma comunidade linguística é constituída de uma variabilidade de grupos, os quais ressignificarão os signos a partir das suas vivências peculiares.

Faraco (2003) apresenta a seguinte definição de ideologia:

Algumas vezes, o adjetivo *ideológico* aparece como equivalente a *axiológico*. Aqui é importante lembrar que, para o Círculo [de Bakhtin], a significação dos enunciados tem sempre uma

dimensão avaliativa, expressa sempre um posicionamento social valorativo. Desse modo, qualquer enunciado é, na concepção do Círculo, *sempre ideológico* – para eles, não existe enunciado não-ideológico. E ideológico em dois sentidos: qualquer enunciado se dá na esfera de uma das ideologias (i.e., no interior de uma das áreas da atividade intelectual humana) e expressa sempre uma posição avaliativa (i.e., não há enunciado neutro; a própria retórica da neutralidade é também uma posição axiológica). (FARACO, 2003, p. 47)

Sobre essa última acepção de ideologia, Bakhtin ([1929-1930] 1999) comenta que classes sociais distintas utilizam o mesmo sistema linguístico e que, conseqüentemente, os signos são impregnados de valores axiológicos contraditórios. Em virtude disso, segundo o filósofo russo, “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (p. 46). E nesse embate, a classe social dominante tenta tirar do signo seu caráter plurivalente, ocultar seus traços ideológicos e transformá-lo em monovalente (p. 47).

2.3 John Thompson

Conforme Thompson ([1990] 1995), na literatura da teoria social e política das últimas décadas há vários conceitos de ideologia que podem ser agrupados em duas categorias gerais: “concepções neutras de ideologia” e “concepções críticas de ideologia” (p. 14, 72).

As acepções neutras retiram qualquer sentido negativo do termo ideologia, que significa “sistemas de pensamento” (“sistemas de crenças”, “sistemas simbólicos”) pertencentes às ações sociais e políticas (p. 14). Nessa perspectiva, a ideologia pode estar tanto nas tentativas de manutenção como nas de subversão da ordem social; é utilizada por dominantes ou dominados.

As acepções críticas de ideologia assemelham-se por considerarem que os acontecimentos denominados ideológicos são enganadores, ilusórios. Contudo, essas acepções diferem quanto aos fundamentos que transformam a ideologia em algo negativo; utilizando a expressão de Thompson, há diferentes “*critérios de negatividade*” (p. 73) [grifos do autor].

O autor filia-se às concepções críticas de ideologia, mas busca criar uma acepção exclusiva e aplicável à análise do uso das formas

simbólicas na sociedade moderna (p. 75). Eis a sua compreensão de ideologia:

Na reformulação do conceito de ideologia procuro reenfocar esse conceito numa série de problemas que se referem às inter-relações entre sentido (significado) e poder. Argumentarei que o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é *sentido a serviço do poder*. (THOMPSON, [1990] 1995, p. 15-16 – grifos do autor)

Para Thompson, somente são ideológicas formas simbólicas que, em determinados contextos, servem para manter relações de dominação. Nessa abordagem, formas simbólicas contestatórias são não-ideológicas:

As formas simbólicas são ideológicas somente enquanto servem para estabelecer e sustentar relações assimétricas de poder; e é essa atividade, a serviço das pessoas e grupos dominantes, que tanto delimita o fenômeno da ideologia, dando-lhe especificidade e distinguindo-o da circulação das formas simbólicas em geral, como dá a essa concepção de ideologia proposta um sentido negativo. (THOMPSON, [1990] 1995, p. 90-1)

Para responder ao questionamento “de que maneira pode o sentido servir para estabelecer e sustentar relações de dominação?”, Thompson identifica “*modos de operações* gerais da ideologia” e os liga a “estratégias de construção simbólica”, proposta expressa sinteticamente no quadro 1:

Modos gerais	Algumas estratégias típicas de construção simbólica
<p>Legitimação (Relações de dominação podem ser mantidas se forem apresentadas como legítimas)</p>	<p>Racionalização (O falante constrói um raciocínio para mostrar que relações ou instituições sociais devem ser aceitas)</p> <p>Universalização (Interesses de uns são apresentados como interesses de todos)</p>

	Narrativização (Na narração de histórias, o presente é apresentado como integrante de uma tradição “eterna e aceitável”) (p.83)
Dissimulação (Relações de dominação podem ser estabelecidas e mantidas pelo fato de serem “ocultadas, negadas ou obscurecidas” ou por serem apresentadas de modo imperceptível) (p. 83)	Deslocamento (Termos geralmente usados para menção a pessoas ou objetos são usados para se referir a outros, dessa forma, os sentidos bons ou ruins são transferidos para o novo referente) Eufemização (A descrição acrescenta uma valoração positiva) Tropo (É o uso de figuras da linguagem. As formas mais comuns de tropo são sinédoque, metáfora, metonímia)
Unificação (Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por meio da construção de unidade entre indivíduos, independentemente das diferenças que os separam)	Estandardização (“Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão”, por exemplo, desenvolvimento de uma linguagem nacional sem levar em conta as diferenças sociais e linguísticas) (p. 86) Simbolização da unidade (“Construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas”) (p. 86)
Fragmentação (Relações de dominação são estabelecidas e mantidas através da segmentação de indivíduos e grupos que possam ser uma ameaça aos dominantes)	Diferenciação (Ênfase às distinções entre pessoas e grupos) Expurgo do outro (Construção de um inimigo para a sociedade)
Reificação (Relações de dominação são criadas e sustentadas quando uma situação transitória é apresentada como se fosse “permanente, natural, atemporal”) (p. 87)	Naturalização (Apagamento da história dos fenômenos, que são apresentados como naturais) Eternalização (Fenômenos são apresentados como “permanentes, imutáveis e recorrentes”) (p. 88) Nominalização (Ações e participantes são transformados em nome)

	Passivização (Verbos colocados na voz passiva. Essa estratégia e a anterior apagam os sujeitos e a ação como se os acontecimentos acontecessem por si só)
--	--

Quadro 1: Modos de operação da ideologia (THOMPSON, [1990] 1995, p. 80 ss.).

Segundo Thompson, a proposta de modos de operação da ideologia não pretende ser exaustiva, mas apenas ilustrar como as formas simbólicas podem estar relacionadas com a questão do poder. O autor também salienta que esses modos não são os únicos utilizados pela ideologia, nem são estanques entre si. Quanto às estratégias, estão geralmente vinculadas a esses modos, mas essa relação não é categórica. Além disso, tais estratégias de construção simbólica não são inerentemente ideológicas: somente o serão em virtude das circunstâncias (p. 82).

2.4 Terry Eagleton

O crítico marxista Terry Eagleton ([1991] 1997), ao opor-se à concepção de que ideologia consiste num conjunto rígido de ideias, explica que nem todo o conjunto é ideológico. Para esclarecimento do exposto, seguem abaixo dois exemplos de grupos de ideias citados pelo autor, sendo o primeiro não-ideológico e o segundo ideológico:

Posso ter convicções bastante inflexíveis com respeito a como escovar meus dentes, submetendo cada um deles, individualmente, a um número exato de escovações e preferindo sempre escovas cor-de-malva, mas, na maioria dos casos, seria estranho qualificar tais opiniões de ideológicas (“Patológicas” seria um termo bem mais acurado). (EAGLETON, [1991] 1997, p. 18)

Se sou obsessivo quanto a escovar os dentes porque se os ingleses não se mantiverem saudáveis os soviéticos dominarão nossa nação débil e desdentada, ou se faço da saúde física um fetiche porque pertença a uma sociedade capaz de exercer domínio tecnológico sobre tudo, mas não sobre a morte, aí então

poderia fazer sentido descrever meu comportamento como ideologicamente motivado. (EAGLETON, [1991] 1997, p. 18)

As concepções presentes no último exemplo são ideológicas porque estão relacionadas com questões de poder. Nesse âmbito, Eagleton explica que a aceção de ideologia mais amplamente aceita é a de legitimação do poder de uma classe ou grupo social dominante, tal como propõe Thompson (p. 19).

Para o crítico, essa definição, embora útil, é refutável por dois motivos: a) “nem todo corpo de crenças normalmente denominado ideológico está associado a um poder político *dominante*” (p. 19) [grifo do autor], porque, se assim fosse, as crenças dos movimentos não-dominantes e rebeldes à situação política, econômica, religiosa, por exemplo, teriam de ser denominadas não-ideológicas; b) a percepção da ideologia enquanto legitimadora das relações hierárquicas amplia muito o conceito, aspecto do qual tratarei adiante.

Tendo em vista que ideologia é geralmente associada às forças dominantes, como se as não-dominantes fossem destituídas de valor ideológico, Eagleton propõe uma aceção mais ampla para o termo. Para tanto, recobra as considerações de Seliger (1976; 1977)⁶, cuja definição de ideologia é a seguinte:

[...] conjuntos de idéias pelas quais os homens [*sic*] postulam, explicam e justificam os fins e os meios da ação social organizada, e especialmente da ação política, qualquer que seja o objetivo dessa ação, se preservar, corrigir, extirpar ou reconstruir uma certa ordem social. (SELIGER, 1976, 1977, *apud* EAGLETON, [1991] 1997, p. 20)

A partir dessa ampliação, tanto os movimentos de contestação como os de dominação seriam ideológicos. Contudo, o crítico considera que essa definição renega aspectos ligados à ideologia enfatizados por filósofos radicais, por exemplo, “o obscurecimento e a ‘naturalização’ da realidade social, bem como a resolução ilusória das contradições reais” (p. 20).

⁶ As obras consultadas por Eagleton são: SELIGER, R. **Ideology and politics**. London, 1976. p.11; e SELIGER, R. **The Marxist Concept of Ideology**. London, 1977.

A acepção mais restrita e a mais ampla são, embora incompatíveis, úteis. Todavia, Eagleton observa que aceitar as duas significa ser por demais complacente. Resultaria em estender a tal ponto o conceito de ideologia que ele se tornaria “politicamente desdentado” (p. 20).

Para contestar a ampliação do conceito de ideologia, Eagleton se reporta a um conceito correlato: poder, e a um autor que muito a ele se dedicou: Michel Foucault. Eagleton reconhece que a compreensão do poder como exterminado, logo presente não apenas nos exércitos e parlamentos, mas também nas mais ínfimas ações, é um “ganho político”; contudo traz um problema quanto ao significado da palavra ideologia. Conforme o autor, se o poder está disseminado, então a ideologia, compreendida enquanto legitimação de poder, estaria também proliferada. Sendo assim, a palavra ideologia corre o risco de difundir-se demais a ponto de perder seu significado.

O autor justifica sua posição alegando que qualquer palavra que abranja tudo perde seu valor, pois não se opõe a nenhum outro signo. Portanto, é preciso especificar sempre o outro, isto é, para determinar o que é ideológico é preciso também saber o que não é (p. 21). Eis o segundo motivo para a contestação da acepção mais ampla de ideologia, defendida por Thompson ([1990] 1995).

Eagleton afirma que as proposições de Foucault e Nietzsche quanto à disseminação do poder são plausíveis, porém é preciso diferenciar exemplos de poder mais e menos centrais. De acordo com o autor, “a força do termo ideologia reside em sua capacidade de distinguir entre as lutas de poder que são até certo ponto centrais a toda uma forma de vida social e aquelas que não o são” (p. 21).

Para Eagleton, dizer que todo discurso é ideológico implica destituir de força a palavra ideologia. A posição do autor é que nem tudo é ideológico, mas pode vir a ser em virtude do contexto: “A ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento” (p. 22).

Na ótica do autor, deve-se falar em ideologia com respeito aos usos específicos da linguagem, produtores de determinados efeitos. O exposto é exemplificado:

A ideologia burguesa inclui esse discurso particular sobre a propriedade, aquela maneira de falar sobre a alma, esse tratado sobre jurisprudência [...]. O que é “burguês” nessa mistura de idiomas é menos o *tipo* de linguagem que os efeitos que produzem: efeitos, por exemplo, de “fechamento”, pelos quais certas formas de significação são excluídas silenciosamente e certos significantes são “fixados” em uma posição de comando. Esses efeitos são traços *discursivos*, não puramente formais da linguagem: o que é interpretado como “fechamento”, por exemplo, dependerá do contexto concreto da elocução e é variável de uma situação comunicativa para outra. (EAGLETON, [1991] 1997, p. 172)

O autor não nega “‘idiomas’ ideológicos específicos”, cujo exemplo seria o fascismo, mas alega que o léxico desse movimento de opressão deve ser considerado ideológico não levando em conta propriedades ideológicas inerentes, mas em virtude dos objetivos de dominação de quem enuncia (p. 22).

Além do exposto, Eagleton comenta que uma mesma formulação pode ser ideológica em um contexto e não em outro, porque a ideologia “é uma função da relação de uma elocução com seu contexto social” (p. 22).

Além dessas observações, Eagleton critica a perspectiva pós-estruturalista ou pós-moderna, que estaria obcecada em perceber o discurso como sempre “marcado inteiramente pelo jogo de poder e desejo”. Essa concepção de discurso traria subjacente uma concepção de linguagem como inerentemente retórica (p. 177). O autor reconhece que todo discurso é produzido em função dos objetivos do locutor, mas nem por isso é plausível afirmar que todo discurso é retórico, porque fazer essa asserção resultaria em expandir a palavra ideologia a ponto de torná-la sem valor referencial.

Há, para o autor, diferentes “níveis” de intenções, diferentes graus de retórica, aspecto evidenciável através do seguinte exemplo:

A asserção “são cinco horas” certamente envolve um tipo de interesse, já que se origina de uma maneira particular de dividir a temporalidade e é própria de um contexto intersubjetivo (o de dizer a alguém que horas são) que nunca é inocente de autoridade. Mas é meramente perverso imaginar que tal elocução,

na maioria das circunstâncias, pelo menos é tão “interessada” quanto declarar que às cinco horas todos os materialistas históricos devem ser lavados no sangue do Cordeiro ou enfrentar a execução imediata. (EAGLETON, [1991] 1997, p. 178)

Na perspectiva de Eagleton, haveria então interesses mais e menos centrais, os quais não seriam levados em consideração pelo “pluralismo pós-moderno”. O autor assevera que a linguagem é sempre retórica e dessa forma homogeniza “violentamente espécies muito diferentes de ato discursivo” (p. 178).

Quem defende que toda linguagem é ideológica porque sempre manifesta interesses desconsidera que há interesses muito divergentes, por exemplo, vontade de comer e de derrubar o governo (p. 23). Segundo Eagleton, a ideologia aparecerá quando a linguagem for utilizada de um modo específico, isto é, quando for produzido um discurso cujo interesse é “de alto nível”, como manter ou romper as estruturas sociais vigentes. E, em função de seus interesses, as ideologias se valerão de estratégias discursivas, exemplificadas no fragmento a seguir:

Se toda linguagem articula interesses específicos, então, aparentemente, toda linguagem seria ideológica. Mas, como já vimos, o conceito clássico de ideologia não se limita, de maneira nenhuma, ao “discurso interessado” ou à produção de efeitos persuasivos. Refere-se ao modo pelo qual os interesses de certo tipo são mascarados, racionalizados, naturalizados, universalizados, legitimados em nome de certas formas de poder político, e há muito a perder politicamente quando essas estratégias discursivas vitais são dissolvidas em alguma categoria indiferenciada e amorfa de “interesses”. (EAGLETON, [1991] 1997, p. 178)

Para Eagleton, há sempre interesses por parte de quem se comunica, mas nem por isso devemos dizer que toda linguagem é retórica ou ideológica, porque a ideologia só estará presente quando os interesses estiverem relacionados à manutenção ou ruptura do poder.

Nas palavras do autor:

A ideologia é antes uma questão de “discurso” que de “linguagem” - mais uma questão de certos efeitos discursivos concretos que de significação como tal. Representa os pontos em

que o poder tem impacto sobre certas enunciações e inscreve-se tacitamente dentro delas. Mas não deve, portanto, ser igualada a nenhuma forma de partidarismo discursivo, discurso “interessado” ou viés retórico; antes, o conceito de ideologia tem como objetivo revelar algo da relação entre uma enunciação e suas condições materiais de possibilidade, quando essas condições de possibilidade são vistas à luz de certos poderes centrais para a reprodução (ou, para algumas teorias, a contestação) de toda uma forma de vida social. (EAGLETON, [1991] 1997, p. 195)

3 ANÁLISE COMPARATIVA

Na comparação das abordagens teóricas aqui retomadas, convém reiterar que para Althusser ([1969] 1985), Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997), a ideologia determina, sem exceção, todos os discursos. Além disso, o primeiro autor, ao postular que o discurso é uma das modalidades das materialidades da ideologia, demonstra crer que não considera o ideológico e o discursivo como instâncias que se recobrem. Os dois últimos autores reafirmam tal aspecto e o abordam de forma mais explícita quando explicam que a ideologia e o discurso, embora constantemente se aproximem, têm sua individualidade e não podem ser tratados como sinônimos. Eles ainda esclarecem, através das noções de formação ideológica e formação discursiva, de que modo os elementos em análise se interligam.

Se Althusser, Pêcheux e Fuchs tratam da intervenção da ideologia em todos os discursos através da tese da interpelação ideológica, Bakhtin ([1929-1930] 1999) afirma que todos os discursos são ideológicos porque além de sempre expressarem uma posição avaliativa, são constituídos de signos que provêm de uma das esferas da ideologia.

Bakhtin, assim como Pêcheux, defende que a ideologia se concretiza nos discursos. Dessa forma, segundo Eagleton ([1991] 1997), esses autores inauguraram uma nova forma de conceber a ideologia. Se esta antes era associada à consciência ou às ideias, o que implicava percebê-la como algo abstrato, pelo viés do discurso pode-se considerá-la com possuindo uma existência material, que são os signos. O crítico

ainda salienta que, a partir desses dois autores, surgiu “uma linhagem fértil e variada de análise do discurso”, cuja preocupação é a manifestação do poder na linguagem. Essa vertente teórica, ao centrar-se mais no desempenho linguístico do que na consciência e ao preconizar a interação social ao invés das ideias, promoveu uma inovação nas teorias tradicionais sobre ideologia (p. 173-174).

Conforme já exposto, Pêcheux e Bakhtin assemelham-se por argumentarem que o acesso à ideologia se dá por intermédio da língua. Contudo, para o primeiro autor, o discurso materializa a ideologia, mas com ela não se confunde, enquanto que para o segundo, semiótico e ideológico são “cambiáveis” (BAKHTIN, [1929-1930] 1999, p. 32).

Indursky (2005) nota outra divergência, quando argumenta que Pêcheux e Bakhtin diferem quanto ao assunto em discussão porque aquele interliga ideologia e discurso pela categoria de sujeito e este pelo signo. Na perspectiva bakhtiniana, os signos, logo, quaisquer manifestações linguísticas, são ideológicos por terem sido criados no interior de uma das esferas da ideologia e também por estarem impregnados de valores ideológicos (ou axiológicos) conferidos por interlocutores oriundos de diferentes classes sociais. Já na ótica pecheuxtiana, o processo de interpelação ideológica produz evidências que influenciam a imagem que os sujeitos têm de si, das condições sociais nas quais estão inseridos e da linguagem, percebida como domesticável. Sendo assim,

a figura da interpelação, no mesmo movimento que constitui o sujeito, constitui para este sujeito o sentido. Ou seja, a constituição do sujeito, no âmbito da teoria pecheutiana (sic) do discurso, vincula inextricavelmente *ideologia*, *sujeito* e *sentido*. (INDURSKY, 2005, p. 110 – grifos da autora)

Convém acrescentar que tanto para Bakhtin, como para Pêcheux, a realidade é sempre tensamente representada na linguagem, pois nesta simultaneamente convivem divergentes interpretações acerca dos referentes. Mas em Bakhtin, essa tensão resulta do fato de o signo ser ideológico, utilizado por diferentes classes sociais, as quais conferem a ele valores distintos e contraditórios. E também por causa do diálogo entre discursos que concebem diferentemente os objetos. Em Pêcheux, provém do fato de a língua ser inerentemente equívoca, suscetível à

mobilidade de sentidos e usada por sujeitos com filiações ideológicas distintas. Pode-se sintetizar o exposto através da percepção bakhtiniana e pecheuxtiana da relação linguagem/ideologia: se, para Bakhtin e Pêcheux, os referentes recebem várias versões, é porque para o primeiro autor os signos que a eles aludem são inerentemente saturados de valores ideológicos distintos, enquanto que para o segundo é porque os discursos que a eles referem-se materializam diferentes posições ideológicas.

Diferentemente de Althusser, Bakhtin, Pêcheux e Fuchs, Thompson ([1990] 1995) e Eagleton ([1991] 1997) asseveram que a linguagem nem sempre é determinada ideologicamente. Todavia, apresentam justificativas divergentes para a eventual presença do ideológico no âmbito linguístico. Segundo Thompson, só há ideologia quando houver legitimação de relações de dominação. Nessa abordagem, os movimentos rebeldes não seriam ideológicos. Já Eagleton defende que tanto os discursos dos opressores quanto dos oprimidos podem ser ideológicos. A ideologia é evidenciada em virtude do contexto, que engloba os usos que se faz da linguagem e o interesse de manter ou subverter a estrutura social vigente. Ainda conforme esse crítico, para que um discurso seja ideológico, o interesse subjacente a qualquer enunciação não pode ser banal, mas tem que dizer respeito às estruturas sociais.

Segundo Eagleton, a concepção de Thompson, embora válida, é equivocada por desconsiderar as crenças não-dominantes, que também podem ser ideológicas, e por expandir demais a palavra ideologia. Esta, por identificar a presença do poder, que estaria disseminado, prolifera-se demais e perde sua função referencial.

Thompson distingue-se dos outros autores por tentar sistematizar os modos pelos quais a ideologia está presente na linguagem. Mas os “modos de operação da ideologia” e “estratégias de construção simbólica” limitam-se aos sistemas de crenças que lutam pela manutenção das relações de dominação. Tais modos e estratégias seriam empregados apenas pelos grupos dominantes, enquanto os dominados não os utilizariam por não serem ideológicos. Já Pêcheux e Bakhtin não se preocupam com categorizações e preconizam que o estudo dos fenômenos de linguagem pode evidenciar a ideologia dos que estão e não estão no poder. Eagleton argumenta que as “estratégias discursivas” (p.

178) (modos de operação da ideologia, para Thompson) são utilizáveis por ideologias dominantes ou dominadas:

As ideologias dominantes e, ocasionalmente, as de oposição, muitas vezes empregam dispositivos como a unificação, a identificação espúria, a naturalização, a ilusão, a auto-ilusão e a racionalização. Mas não fazem isso universalmente; na verdade, é duvidoso que se possam atribuir à ideologia quaisquer características *invariáveis*. (EAGLETON, [1991] 1997, p. 194)

Para Eagleton e Thompson, são justamente as circunstâncias de interlocução que determinarão se há presença ou ausência de ideologia. Para Pêcheux, Fuchs e Bakhtin, essas circunstâncias permitirão perceber o inquestionável: a determinação ideológica da língua. Diferem, contudo, quanto aos conceitos que operacionalizam para essa comprovação. Pelo viés da Análise do Discurso de linha francesa, as condições de produção, tanto imediatas como sócio-históricas, bem como as demais noções do quadro epistemológico dessa linha teórica, ajudam a identificar a que formação discursiva e ideológica o discurso se filia. Por intermédio da teoria dialógica, é preciso considerar que quaisquer alterações na estrutura da sociedade são expressas nas esferas da ideologia, as quais, por sua vez, refletem tais mudanças no material verbal. Logo, é preciso, no estudo da língua, relacionar as formulações com as modificações nas circunstâncias de enunciação para entender como a questão social está presentificada no sistema.

Eis a ilustração de diferenças que surgem quando o propósito é explicar de que modo ideologia e linguagem se entrelaçam. Se fossem considerados outros autores e mobilizados outros conceitos dos intelectuais aqui mencionados, aumentariam ainda mais as controvérsias (e talvez as semelhanças) acerca dessa temática que suscita tensas discussões.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Maria Laura V. de Castro. Introdução

crítica de José Augusto Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1969]. p. 53-107.

BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999 [1929-1930].

_____. O discurso no romance. In: **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução de Bernadini et al. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998. p. 71-133 [1934-1935].

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997 [1991].

FARACO, C. A. **Linguagem & diálogo: as idéias linguísticas do círculo de Bakhtin**. Paraná: Criar edições, 2003. p. 45-108.

INDURSKY, F. A ideologia em Bakhtin e em Pêcheux: um estudo em contraponto. In: ZANDWAIS, A. (Org). **Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005. p. 101-115.

_____. Reflexões sobre a linguagem: de Bakhtin à Análise do Discurso. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 4/5, p. 69-88, 2000.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1995 [1975].

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Tradução de Eni P. Orlandi In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 61-161.

_____; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997 [1975]. p. 163-252.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Tradução de Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Editora Vozes, 1995 [1990].

Recebido em 16/07/08. Aprovado em 20/10/08.

Title: Language and ideology: theoretical collisions

Author: Renata Silva

Abstract: In this essay, theoretical reflections about the way in which ideology and language are connected are compared. The purpose of this comparative analysis is to illustrate how the explanations about these two instances can be divergent. The theoretical apparatus includes classical thinkers (Althusser, 1985; Pêcheux, 1995, 1997; Bakhtin, 1999), the contemporary author Thompson (1995) and the Marxist critic Eagleton (1997).

Keywords: Language; ideology; theory.

Titre: Langage et idéologie: collisions théoriques

Auteur: Renata Silva

Résumé: Dans cet essai, on compare des réflexions théoriques sur le moyen comment l'idéologie et le langage se relient. La finalité de cette analyse comparative est celle d'illustrer le combien peuvent être divergentes les explications sur le rapport entre deux instances. Dans la bibliographie, il y a des penseurs classiques tels que Althusser, 1985, Pêcheux, 1995, 1997 et Bakhtin, 1999, et encore des contemporains tels que Thompson, 1995 et Eagleton, 1997.

Mots-clés: langage; idéologie; théorie.

Título: Lenguaje e ideología: embates teóricos

Autor: Renata Silva

Resumen: En este ensayo son comparadas reflexiones teóricas sobre el modo como ideología y lenguaje se interligan. La finalidad de este análisis comparativa es ilustrar el cuanto pueden ser divergentes las explicaciones acerca de la relación entre esas dos instancias. Constan, de la selección bibliográfica realizada, pensadores clásicos (Althusser, 1985; Pêcheux, 1995, 1997; Bakhtin, 1999) y contemporáneos (Thompson, 1995; Eagleton, 1997).

Palabras-clave: lenguaje; ideología; teoría.